

**PROCESSO Nº: 0801167-77.2020.4.05.8201 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

**AUTOR: ASSOCIACAO DOS MORADORES DE CAIANA DOS CRIoulos**

**ADVOGADO: Júlio César De Oliveira Muniz**

**RÉU: UNIÃO FEDERAL**

**6ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL TITULAR)**

## DECISÃO

1. Trata-se de ação ordinária ajuizada pela **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CAIANA DOS CRIoulos** em face da **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, objetivando, liminarmente, a suspensão de débito inscrito em dívida ativa e, como provimento final, a decretação da prescrição punitiva ou de sua ilegitimidade passiva.

2. Para tanto, aduz que: a) Em 15/12/2006, a Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos, por meio do então presidente José Santino da Silva, e a União, por meio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR/PR, firmaram o Convênio n.º 068/2006 - processo administrativo n.º 00041.000657/2006-94, tendo como objeto o apoio financeiro ao Projeto Capacitação para a Cidadania - Quilombo Caiana dos Crioulos, o qual visava a capacitação dos moradores da comunidade; b) O aludido convênio estabelecia, ainda, a prestação de contas por parte do então presidente acerca da execução do projeto, com devolução de valores remanescentes, ou a devolução completa em caso de não execução; c) perpassado o prazo determinado no Convênio, bem como notificado através do ofício n.º 274/2008/SUBPLAN/SEPPIR/PR, datado de 25/11/2008, o então presidente não realizou a devida prestação de contas; d) a omissão deu ensejo ao Termo de Inscrição de Dívida Ativa n.º 42.6.19.005056-95, o qual registrou o Sr. José Santino da Silva como devedor à União da quantia de R\$ 45.170,00 (quarenta e cinco mil cento e setenta reais); e) Todavia, equivocadamente, a Parte Autora foi incluída como corresponsável/devedora solidária da dívida, embora não tenha qualquer responsabilidade quanto a ela; f) Desde então, sofre enorme prejuízo, eis que, em face da inscrição indevida, restou impedida de realizar convênios, parcerias com o poder público, celebrar contratos e outros atos necessários à promoção da referida Associação, fundamentais para a comunidade que representa; g) Além disso, os referidos créditos não-tributários estão prescritos.

3. Juntou aos autos procuração e documentos.

4. Despacho de id: 4058201.5874272 determinou a intimação da União para manifestar-se acerca do pleito liminar.

5. Instada a se manifestar, a ré pugnou pela rejeição do pedido (id: 4058201.5927076).

6. Vieram os autos conclusos. **DECIDO.**

7. O art. 300, CPC/2015, que unificou os pressupostos legais para o deferimento das tutelas antecipada e cautelar, indica como requisitos (a) a probabilidade do direito e (b) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

8. Assim, a carga probatória colacionada aos autos deve evidenciar uma verossimilhança fática, com a constatação de que há um considerável grau de plausibilidade em torno da narrativa dos fatos; além da plausibilidade jurídica, ou seja, a verificação de que é provável a subsunção dos fatos à norma invocada.

9. Ademais, o *periculum in mora* deve ser concreto e não meramente hipotético; atual, em face de prejuízo que está na iminência de ocorrer ou que já esteja ocorrendo; e, por fim, grave.

10. Na espécie, a parte autora postula a suspensão de débito decorrente da omissão do dever de prestar contas, que fora apurado em Tomada de Contas Especial e inscrito em dívida ativa.

11. Aduz, em suma, que houve a prescrição da referida dívida e que fora incluída como corresponsável de forma equivocada.

12. A demandada, seu turno, assevera que: a) são imprescritíveis as ações de reparação do erário decorrem de atos tipificados como ilícito penais e atos de improbidade administrativa, sendo prescritíveis as ações decorrentes de ilícito cível; b) destes termos, cabe aos órgãos consultivos avaliar a natureza do ilícito em cada caso concreto, realizando a subsunção dos fatos às orientações jurídicas vigentes; c) a situação versada nos presentes autos configura nitidamente

caso de infração a normas de direito público, consistente na suposta malversação de recursos públicos decorrentes do Convênio nº 11/SAS/MPAS/98, redundando na obrigação de ressarcimento ao erário em decorrência de obrigações assumidas no âmbito de relação jurídica de direito público; d) desta forma, o crédito se encontra albergado pela imprescritibilidade a que se refere o §5º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; e) no mérito, pugna que a inscrição do débito foi resultado de procedimento legítimo, assegurado a participação dos afetados e em conformidade com a legislação tendo sido resultado da omissão da requerente e seu gestor em apresentar a prestação de contas de recursos públicos recebidos, mesmo após diversas notificações da Administração; f) não pode prevalecer o entendimento defendido na inicial de que apenas o ex-gestor seria responsável pela dívida apurada na Tomada de Contas Especial.

13. Pois bem.

14. Inicialmente, destaco que, ao contrário do sustentado pela União, o crédito apurado pela Tomada de Contas Especial ora analisada não é acobertado pela imprescritibilidade. Explico.

15. As decisões proferidas em tomadas de contas não apresentam a mesma natureza de uma sentença condenatória proferida em ação de improbidade administrativa, destinada a punir atos ilícitos graves, que se assemelham a infrações penais.

16. Destarte, nestes casos, as pretensões de ressarcimento da Fazenda Pública contra o particular ou agente público observam o prazo quinquenal de prescrição. Neste sentido:

**EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ACÓRDÃO CONDENATÓRIO DO TCU. RESSARCIMENTO DE DANO. INEXISTÊNCIA DE CONDENAÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL INTERCORRENTE. IMPROVIMENTO DA APELAÇÃO.**

1. Apelação interposta pela UNIÃO contra sentença que reconheceu a prescrição intercorrente de ofício e julgou extinto, com resolução de mérito (CPC, art. 487, II), o processo de execução de título executivo extrajudicial, consubstanciado em acórdão condenatório do Tribunal de Contas da União - TCU, que impôs à executada, ora apelada, a obrigação de ressarcir valores que foram recebidos em 24/02/1988, por meio de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado com a Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA (extinta), objetivando viabilizar o funcionamento de uma microempresa social voltada para a produção de confecções em geral.

**2. A partir da publicação do entendimento firmado no Recurso Extraordinário 852475/SP, a Fazenda Pública não pode alegar imprescritibilidade da dívida cobrada ou do crédito exequendo sem que, previamente, em atenção ao princípio do juiz natural, tenha sido declarado o cometimento de um ato doloso de improbidade na esfera judicial.**

**3. Não seria razoável se atribuir às decisões do TCU a mesma natureza de uma sentença condenatória proferida em ação de improbidade administrativa, destinada a punir atos ilícitos graves, que se assemelham a infrações penais, "haja vista a larga via das sanções aplicáveis, que vão desde a suspensão dos direitos políticos até à proibição de celebrar contratos com órgãos públicos", conforme precedente deste TRF5 (PROCESSO: 00010006820194059999, AC - Apelação Cível - 601426, DESEMBARGADOR FEDERAL EDÍLSON NOBRE, Quarta Turma, JULGAMENTO: 10/09/2019, PUBLICAÇÃO: DJE - Data::13/09/2019 - Página::61).**

**4. "Em debate acerca do prazo prescricional das pretensões indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, esta Corte firmou entendimento, no julgamento do REsp 1.251.993/PR, sob o rito do art. 543-C do CPC, de que deve ser aplicado o prazo quinquenal - previsto no Decreto 20.910/1932 - em detrimento do prazo trienal contido no Código Civil de 2002. Dessa forma, em homenagem ao princípio da igualdade, impõe-se que às pretensões da Fazenda Pública contra o particular ou agente público também prescrevam no mesmo prazo." (REsp 1197330/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/05/2013, DJe 12/06/2013).**

5. Irretocável sentença recorrida ao decretar a prescrição intercorrente da pretensão executória, pois o processo de execução permaneceu por mais de 5 (cinco) anos arquivado, não havendo a exequente se manifestado durante tal período.

6. Apelação improvida.

(PROCESSO: 00002935320054058201, AC - Apelação Cível - , DESEMBARGADOR FEDERAL GUSTAVO DE PAIVA GADELHA (CONVOCADO), 3ª Turma, JULGAMENTO: 01/05/2020, PUBLICAÇÃO:, grifo nosso )

APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ACÓRDÃO DO TCU. RESSARCIMENTO. RECURSOS FEDERAIS. APLICAÇÃO IRREGULAR. PRESCRITIBILIDADE. SENTENÇA DE EXTINÇÃO MANTIDA.

1. Cuida-se de execução fiscal promovida pela FUNASA para a cobrança de débito reconhecido pelo Tribunal de Contas da União no acórdão n. 332/2010 (2ª Câmara), em virtude de irregularidades na aplicação de recursos federais repassados ao Município de Nova Russas/CE durante a gestão da ora executada.

2. Em seu apelo, a recorrente defende que, por se tratar de dano ao erário, a sua cobrança seria imprescritível, razão pela qual postula o afastamento da prescrição intercorrente declarada na sentença.

**3. No julgamento do RE 852475, o Supremo Tribunal Federal externou a compreensão de que mesmo nas ações de improbidade, a imprescritibilidade da pretensão punitiva deve ser restrita às hipóteses em que haja o dolo do agente, ou seja, quando do ato ímprobo decorrer enriquecimento ilícito, favorecimento ilícito de terceiros ou causar dano intencional à administração pública.**

**4. E aqui, frise-se que a prática de atos irregulares atribuídos a servidor público não pode e não deve ser confundida com a prática de atos de improbidade administrativa, os quais, por sua própria natureza mais se assemelham a uma infração penal, haja vista a larga via das sanções aplicáveis, que vão desde a suspensão dos direitos políticos até à proibição de celebrar contratos com órgãos públicos.**

**5. Ademais, não se tem notícia nos autos de que teria sido ajuizada contra a executada ação de improbidade administrativa voltada à punição desta, nos termos da Lei 8.429/92, pela prática das irregularidades em comento.**

6. Nesse pórtico, tratando-se de execução de acórdão do TCU em que, nos termos do art. 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443, foi condenada a ora executada ao ressarcimento de valores ao erário, no âmbito de Tomada de Contas instaurada em razão de irregularidades na aplicação dos recursos transferidos pela FUANSA à Prefeitura de Nova Russas/CE, é de ser reconhecida a prescritibilidade da dívida em comento.

7. Apelação cujo provimento é negado.

(PROCESSO: 00010006820194059999, AC - Apelação Cível - 601426, DESEMBARGADOR FEDERAL EDÍLSON NOBRE, Quarta Turma, JULGAMENTO: 10/09/2019, PUBLICAÇÃO: DJE - Data::13/09/2019 - Página::61, grifo nosso).

17. Ressalto, ademais, que não consta, nos autos, qualquer indicação de que teria sido ajuizada ação de improbidade administrativa voltada à punição da irregularidade verificada (ausência de prestação de contas).

18. Assim, entendo ser prescritível o débito discutido nestes autos.

19. Verifico, ainda, que como o prazo de prescrição da pretensão executiva se inicia com a constituição definitiva do crédito, é cabível reconhecer-se, na hipótese, o transcurso do prazo prescricional, sabido que a decisão proferida em tomada de contas é datada de 15/12/2014 (id: 4058201.5872629 ) e, decorridos mais de 5(cinco) anos, não fora ajuizada ação de execução.

20. Desse modo, vislumbro a probabilidade de direito da requerente.

21. Outrossim, presente está o perigo na demora, vez que, conforme aduziu a demandante, encontra-se impedida de realizar convênios, parcerias com o poder público, celebrar contratos e outros atos necessários à promoção da Associação.

22. Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido liminar aduzido na exordial para que seja suspensa a pendência que macula o CNPJ da parte autora, oriunda da inscrição na dívida ativa.

23. Intime-se a parte demandada para, em 5(cinco) dias, comprovar o cumprimento da medida liminar. Na mesma oportunidade, cite-se para contestar o feito no prazo legal.

24. Apresentada a peça contestatória com preliminares e/ou documentos novos, à réplica.

25. Após, venham-me os autos conclusos.

26. Expedientes necessários.

27. Cumpra-se.

Campina Grande, data de validação no sistema

ASSINADO ELETRONICAMENTE

**GUSTAVO DE PAIVA GADELHA**

Juiz Federal Titular da 6ª Vara/PB



Processo: **0801167-77.2020.4.05.8201**

Assinado eletronicamente por:

**GUSTAVO DE PAIVA GADELHA - Magistrado**

**Data e hora da assinatura: 08/07/2020 00:58:41**

**Identificador: 4058201.5927843**



20070722042667700000005946059

**Para conferência da autenticidade do documento:**

<https://pje.jfjb.jus.br/pjeconsulta/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>